

Como vão ser os próximos 4 anos?

José Lourenço, Director do Diário Insular"

“Eleitores quiseram solução governativa mais à direita”



Como analisa, em síntese, os resultados eleitorais?

O povo açoriano deu um sinal clássico de grande maturidade política, ao querer uma solução de governo diferente à dos últimos vinte anos, retirando a maioria absoluta ao PS. Privilegiou permitir uma solução menos estável politicamente, obrigando o partido que ganhou as eleições - o PS - ao diálogo e a negociar uma solução governativa mais à direita do que à esquerda. Esta ideia de mudança está espelhada no aumento do número de votos expressos (mais 5%). Considerando a pulverização da representação parlamentar repartida por oito forças partidárias, recentrou na Assembleia a importância da pro-

cura de soluções, negociações que vão ser interessantes de seguir. Maioria à esquerda não é possível, pelo que só a direita pode viabilizar um governo com maioria estável. Resta saber que direita está disponível para fazer parte do exercício.

O que acha que vai acontecer nos próximos 4 anos?

As soluções de governo não são fáceis, uma vez que o PS não consegue uma maioria de esquerda no parlamento, mas todos os cenários, em teoria, são possíveis.

Provavelmente o PS vai tentar fazer um governo minoritário, com cedências à direita, quer através de acordos de incidência parlamentar,

quer, mais sofisticadamente, permitindo a entrada de alguns partidos para a composição do governo.

Não é impossível, por outro lado, em teoria, que os, cinco ou seis partidos da direita, liderados pelo PSD, se entendam todos entre si e apresentem uma solução de “geringonça”, remetendo o PS para a oposição.

Não nos parece que a Região ganhe com a experiência.

Na pior das hipóteses, que, porventura, ninguém quer, será entrarmos numa crise política que acabe por culminar em eleições antecipadas.

jornal@diariodosacores.pt

José Gabriel Ávila, jornalista

“Negociar sim, sem colocar em causa vontade da maioria do eleitorado”

Como analisa, em síntese, os resultados eleitorais?

A vitória do PS nas regionais de 2020 em número de deputados (25) e em 7 das nove ilhas, quando traduzida em acentos na Assembleia Legislativa Regional que aprova o programa do Governo e os instrumentos necessários à governação autonómica, apresenta uma série de cenários de duvidosa exequibilidade.

Numa leitura imediata, somos levados a concluir que o eleitorado açoriano que majoritariamente (54%) não votou, pretendeu dizer aos partidos políticos que a solução governativa estável deve ser construída com base no PS e no PSD - o chamado Bloco Central.

De contrário, um governo do PS sozinho não conseguirá aprovar o seu programa, pois, à esquerda, os dois deputados do BE e o deputado do PAN não totalizaram os 29 votos necessários.

Do outro lado do hemiciclo, não me parece que o PSD pretenda fazer um governo apoiado pelo CDS (3), pelo Chega (2), pelo PPM (2) e pela Iniciativa Liberal (1), partidos que não permitiriam que J.M.Boleiro levasse por diante o seu ideário social-democrata.

Seria uma dificuldade permanente conviver com a serenidade dos líderes do PSD e do CDS e o “barulho parlamentar” tão apregoado por A.Ventura.

Não é de somenos importância quer num, quer noutro cenário, verificar

que Nuno Barata só concorreu em São Miguel e Terceira.

A sua representatividade regional pode, pois, ser questionada quando, por exemplo, as suas controversas propostas sobre os transportes marítimos de passageiros inter-ilhas forem apresentadas. Também não estou a ver como responderão quer o PS quer o PSD ao seu ultrapassado ideário liberal/neoliberal que contradiz o programa dos dois maiores partidos.

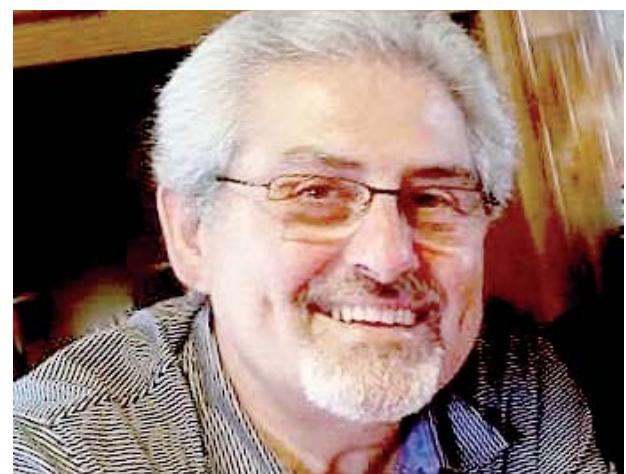
Temo, todavia, que o PS e o PSD para manter ou conquistar o poder executivo, caiam na tentação de abdicar dos seus paradigmas sociais e económicos, muito semelhantes entre si.

Se tal acontecer, o eleitorado não deixará de os penalizar em futuros actos eleitorais -, e com razão! - bem como regime político que fundaram.

A nossa identidade cultural preserva, majoritariamente, princípios sociais e culturais que não se revêem nem em populismos, nem em discursos enganosos que conduzem, habitualmente, à restrição de direitos autonómicos, a ditaduras centralistas, ao favorecimento de classes sociais dominantes, enfim, a restrições de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. É a História que nos ensina.

O que acha que vai acontecer nos próximos 4 anos?

O diálogo democrático não obriga a que, quem governa, tenha necessariamente de aceitar as propostas de for-



ças políticas com representatividade reduzida, que o que pretendem é “fazer barulho” no Parlamento, ou ser “fiel da balança”. Isso dá-lhes um poder demasiado que atenta contra a vontade da maioria.

Negociar, sim, desde que não se coloque em causa princípios, valores e a vontade da maioria do eleitorado.

Temo que nos próximos quatro anos, face ao espectro eleitoral, outros propósitos partidários, publicamente anunciados, condicionem o exercício dos Poderes Autonómicos e a resolução dos problemas socioeconómicos que a pandemia agravou.

O pior que poderia acontecer é que as principais forças políticas, em troca da manutenção ou conquista do poder, não tivessem a coragem necessária para fortalecer a unidade dos açorianos, levando à prática os princípios fundadores da Autonomia; o desenvolvimento equitativo do arquipélago e a liberdade democrática. Espero que os principais líderes políticos tenham isto em mente, e não abdiquem da defesa da Autonomia e do serviço ao Povo Açoriano, em troca de um prato de lentilhas oferecido por um qualquer vendilhão do templo...

jornal@diariodosacores.pt